



Reunião Extraordinária realizada no vinte e seis de maio de dois mil e vinte um, às catorze horas e dez minutos, de maneira remota, tendo Angélica Lacerda Cardoso como presidente e secretariada pela conselheira Priscila Sanches de Almeida, com a presença de: presidente Angélica Lacerda, vice-presidente Ana Lucia Beranger, conselheiros, Erika Ariadine de Almeida Pires, Vanessa Machado, Sara Araceli de Carvalho Ribeiro Mendes, Fabiana Machado, Priscila Sanches de Almeida, Luis Carlos da Silva, Hugo Bruzzi, Andrea Picanço Souza Tichy, Lucilene Zaneti, Elaine Cristina Silva e Jane Araújo Silva, se faz importante dizer que não houve lista de presença. Os conselheiros José Luiz Rossi e Lidiane Queiroz, justificaram a falta. A reunião foi iniciada com a leitura da ata do dia 05 de maio realizada pela conselheira Jane, a qual foi aprovada após as adequações sugeridas pelos conselheiros presentes. Abaixo seguem os assuntos da pauta: **RETORNO DA SECRETARIA DA FAZENDA E BANCO DO BRASIL** - conforme discutido nas reuniões anteriores referente a possibilidade de acesso diário a conta do FUNCAD para acompanhamento dos depósitos judiciais e saldo, o conselheiro José Luiz enviou um e-mail para a Receita e Federal e para o Banco do Brasil (e-mail: vagnercarrilo@bb.com.br) verificando essa possibilidade. Os e-mails foram respondidos e a princípio essa movimentação segundo o Chefe da Divisão da Receita Federal, Rodrigo Silva Katsukawa teria um custo de trezentos e sessenta e sete reais e doze centavos. O colegiado não aprovou essa despesa. As conselheiras Sara e Priscila se comprometeram em entrar novamente em contato com o Banco do Brasil. **REUNIÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO COM O SECRETÁRIO DA SECID** - A reunião foi realizada com o Secretário Sr. Clayton Cesar Lustosa, os conselheiros José Luiz Rossi, Lidiane Queiroz, Vanessa Machado, Lucilene Zaneti, e membros da SECID, Fabiana Machado e Luciana Silva, com o objetivo de expor para o mesmo, algumas questões como: a Fazenda compreende que esses Fundos (Criança, Idoso) compõe o orçamento da Assistência e na verdade eles são independentes, embora estejam ligados a administração Pública. O secretário demonstrou que a destinação de um por cento do Orçamento Municipal para o Funcad é muito, pois segundo ele, setenta por cento da verba da SECID já é destinada à ações de crianças e adolescentes. A comissão deixou claro que não tem o objetivo de tirar verba da Assistência e destinar para o FUNCAD. O Sr. Clayton, sugere uma reunião com o Prefeito para explicar como funciona do FUNCAD e que nessa reunião, a Comissão, se possível seja acompanhada de um representante da SAJ, ficando responsável em fazer esse contato com a SAJ a Sra. Fabiana. O Secretário também se comprometeu em chamar a Comissão à participar da reunião de Contenção do Orçamento. A presidente parabenizou aos conselheiros pelo empenho de discutir o Orçamento Público. Também expôs que acredita não é preciso sensibilizar e nem justificar essa questão com o Sr. Prefeito, pois essa questão consta em lei e completou que Política Pública se constrói com boas práticas: prevenção, proteção e promoção; que é papel do CMDCA promover uma Audiência Pública, para se tratar essas questões e que o ECA deixa claro deixa claro a previsão legal do Orçamento Público para o Fundo da Criança e Adolescente. Angélica também citou a questão da necessidade da realização do Diagnóstico e que depois dele pronto, essas questões ficarão mais visíveis. A conselheira Fabiana Machado que também participou da reunião, como membro da Secid,



relatou que se faz necessário que o CMAS também realize uma articulação para compor o Orçamento Municipal e assim unir forças políticas para um planejamento a curto e longo prazo. Vanessa também relatou que o Secretário solicitou que a Comissão se fortaleça o mais rápido possível e assim possa discutir essas questões com o Sr. Prefeito Rodrigo Manga. A presidente Angélica, na sequência, solicitou que o membro da OAB, Hugo Bruzi, represente o CMDCA nessa reunião entre o Prefeito, SECID e CMDCA. Angélica também colocou para o colegiado que se faz necessário conhecer as ações de Ribeirão Preto, que é modelo em ações com crianças e adolescentes. Ainda frisou que Sorocaba possui 700.000 habitantes e que seria vergonhoso para uma cidade como Sorocaba que é modelo de cidade, ser notificada por não cumprir o que consta em lei. Angélica ainda citou que se faz necessário uma contraproposta, quanto pode ser destinado para o FUNDO, citando o exemplo de se destinar uma das receitas do município, seja de um imposto, de multas de trânsito, etc e reforçou que se faz necessário lembrar que essa destinação vai poder melhorar os atendimentos para as crianças e adolescentes da cidade. **ARTE E APROVAÇÃO DO TRÍGITO** – A conselheira Andrea, trouxe para o colegiado as artes realizadas para divulgação do novo número do CT, conforme solicitação da Promotora Cristina Palma, como ainda não existe o Sistema de Tronco, o funcionamento acontecerá da seguinte maneira: 08:00 as 20:00 h – a ligação cairá no CT e das 20:01 as 7:59 as ligações cairão na Guarda Municipal. Será enviado um ofício para a GM, com esse novo número e expondo que essa questão do desvio de chamada embora já aconteça, esperamos que ele seja temporária. **FIESP** – A presidente Angélica, trouxe ao colegiado a questão da cadeira ocupada pela FIESP e que foi declinada em 2019. Ela expos a necessidade de se oficializar, pois a Eleição da nova gestão se faz próxima, se faz necessário saber se eles manterão ou não a posição tomada anteriormente. Todos os presentes concordaram com o envio do ofício e a conselheira Elaine, solicitou que nesse ofício conste o artigo das obrigações dos conselheiros de direito. A conselheira Sara sugeriu oficializar e retirar a cadeira da FIESP de forma definitiva. A presidente Angélica que isso só é possível, com a alteração da Lei. **APROVAÇÃO DO REGISTRO PROVISÓRIO DA CASA DO MENOR** – A conselheira Vanessa, membro da Comissão de Registros, trouxe para o colegiado a possibilidade de aprovação do registro provisório de 90 dias da Casa do Menor. A mesma expôs o caso, e relatou que foram realizadas duas visitas na Instituição (pelas conselheiras Vanessa e a outra visita aconteceu em dupla Andrea e Ana Lúcia). Explicou também que será realizada uma reunião com a Equipe da Casa do Menor para esclarecimentos e alinhamento do Plano de Trabalho, no que diz respeito a Tipificação (faixa etária 0 a 3 anos/3 anos a 5 anos/3 anos a 17 anos); fluxo de atendimento, território e parceiros), onde será pedido a exclusão da faixa etária de 0 a 3/0 a 5 anos, ficando somente a de 3 a 17 anos, readequado a abrangência territorial e estabelecido fluxo de atendimento. Em seguida foi aberta a votação: A conselheira Priscila disse ser favorável ao registro provisório, mas que se faz necessário um acompanhamento mais de perto e solicitou o Plano de Trabalho, para realização de leitura e contribuições futuras. A conselheira Érika, concorda com a aprovação do registro e se coloca a disposição para auxiliar a Comissão no acompanhamento da fiscalização no período determinado do registro provisório e aponta algumas considerações: reforça a importância de se avaliar a aprovação do trabalho com a



faixa etária da primeira infância, diante do contexto histórico das dificuldades da Casa do Menor; ressalta também que na Legislação o trabalho com a primeira

*infância difere do trabalho da faixa etária de 06 a 15 anos; também evidencia se não seria viável avaliar a aprovação do registro provisório apenas para a faixa etária de 06 a 15 anos e finaliza recordando novamente que as dificuldades no histórico da Casa do Menor foram em diversas esferas: Vara da Infância, SECID, Ministério Público, entre outros. A conselheira Sara concorda com o registro e a tipificação. A conselheira Jane concorda com o registro, mas assim como a conselheira Priscila, gostaria de ler o Plano de Trabalho. A vice-presidente Ana Lucia, a qual também faz parte da Comissão de Registro, ressaltou que os membros da Comissão são favoráveis a aprovação do registro e da tipificação. O conselheiro Hugo também aprova o registro e a tipificação. A conselheira Fabiana está de acordo com o registro e a tipificação, mas reforçou a necessidade de um acompanhamento do Projeto. O conselheiro Luiz Carlos, é favorável ao registro, mas também gostaria de ter acesso ao Plano de Trabalho. Angélica abriu para considerações, os conselheiros tutelares que estavam presentes Júlio (Região Oeste), Luciana Haro (Região Leste) declinaram. Na sequência a conselheira tutelar Rose Porto (Região Norte) expôs algumas dúvidas, referente a questão da Casa do Menor por ser um Serviço de Convivência e como seriam realizados os encaminhamentos, a conselheira Vanessa, explicou as questões trazidas, pontuando que não há problema essa troca para o Serviço de Convivência e a presidente Angélica ressaltou que os encaminhamentos seriam realizados pelo CRAS, respeitando o princípio o Território (Zona Oeste). Angélica finalizou as considerações referente a concessão do registro provisório com ressalva, dizendo que também concorda com o registro, mas que acredita que a primeiríssima infância necessita de uma equipe diferenciada e até o presente momento, a equipe que irá atender essa população é a mesma que se encontrava no Serviço de Acolhimento e por esse motivo acredita ser mais seguro atender crianças a partir de 6 anos. Ressaltou a importância da readequação do Plano de Trabalho e que se faz importante uma fiscalização contínua, nesse momento, colocou ao Conselho Tutelar e aos conselheiros tutelares presentes a importância deles também realizarem as visitas de fiscalização e mais uma vez, deixou claro a necessidade que seja esclarecido: a abrangência territorial, parcerias (convênios), capacidade territorial e demanda. **ADITAMENTO** – foi levantada a necessidade da votação do colegiado, em relação ao aditamento de mais quatro documentos para a realização da renovação dos Registros das Organizações que estão inscritas no CMDCA (vigência 12 meses). A comissão de Registros, no presente momento e devido a Pandemia de Covid-19, não vê a necessidade da solicitação desses documentos que são: abrangência territorial do programa (descrever), descrição dos parceiros conveniados ou contratados (descrever), capacidade de atendimento dos programas (descrever), fluxo de encaminhamento da Rede de proteção (descrever) visto que o prazo de renovação, se encerra no próximo dia 31/05/2021. Essa questão foi levantada após uma reunião com a promotora Cristina Palma a qual solicitou que seja pedido para a Casa do Menor os documentos citados acima. Na sequência, Vanessa trouxe para o colegiado as reuniões on line que estão acontecendo com o CMAS, referente a uma Resolução Conjunta, onde seriam pedidos os mesmos documentos para o processo de renovação de Registro. Vanessa explicou aos presentes*



que a Comissão do CMAS ainda não se sente segura em votar essa questão e levará a questão para o colegiado. Na sequência foi levado para votação a seguinte questão: Manter a publicação já realizada no Jornal do Município de doze de abril de dois mil e vinte ou solicitar o aditamento. A presidente Angélica abriu a votação dizendo achar importante se pedir o aditamento, o que não precisa ocorrer nesse momento. A conselheira Priscila concorda em manter o que já foi decidido pela Comissão de Registros e em um segundo momento solicitar o aditamento. A vice-presidente Ana Lúcia, se colocou dizendo achar desnecessário a solicitação do Aditamento, ainda mais por estarmos passando por um momento de Pandemia. Sara também é favorável em manter o que foi solicitado pela Comissão, o conselheiro Hugo se posicionou favorável ao que foi decidido pela Comissão e o conselheiro Luiz Carlos concorda com a comissão, mas assim como a presidente Angélica vê a importância de se pedir o aditamento. A votação foi concluída com a aprovação para se manter a publicação de doze de abril de dois mil e vinte e um e a questão do aditamento será retomado em pauta novamente. **SOLICITAÇÃO DE DESLIGAMENTO** – A conselheira Elaine Cristina, solicitou o desligamento da Comissão de Registros. O mesmo ainda não foi aceito pela presidente, a qual irá conversar com a conselheira e verificar a possibilidade de permanência da mesma. **REALIZAÇÃO DE VISITAS** - A presidente Angélica, retomou com o colegiado a questão das visitas realizadas nas Instituições que devido a Pandemia não estão sendo realizadas. A conselheira Sara sugeriu que as visitas aconteçam de maneira on line, seguindo o modelo que vem sendo feito pela SECID – reuniões on line via Whatzapp com a presença do coordenador, educador social e outros membros da equipe. A conselheira Lucinha também apoiou que seja seguido o modelo realizado pela SECID, o que foi aprovado por todos. Sem mais, a reunião foi encerrada as dezesseis horas e quarenta e oito minutos.

Angelica C. Lacerda

Presidente CMDCA


Priscila S. Almeida

Conselheira de Direito